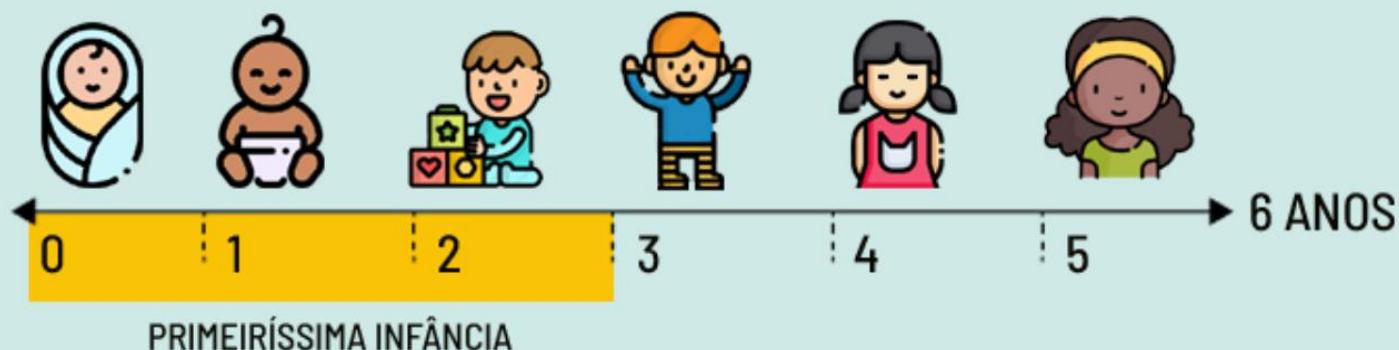


PLANO

MUNICIPAL PELA



PRIMEIRA INFÂNCIA

SÍTIO NOVO DO TOCANTINS-TO

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado do Tocantins

ALEXANDRE SOUSA ABREU FARIAS
Prefeito Municipal de Sítio Novo do Tocantins

LUCIELTON FERREIRA CRUZ
Secretário Municipal de Assistência Social

JAIR CABRAL RODRIGUES
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EQUIPE INTERSETORIAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Elayse de Sousa Costa
Hayanna Héllen Ferreira da Silva Santos
Charlene Barroso da Conceição Bezerra
Odilvania Pereira Machado
Olívia Moraes Matos

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Maria das Dores Abreu Farias
Caltamídia Vasconcelos Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Gizelda Cardoso da Silva
Rosirene Pereira dos Santos Gomes

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Antonio Danilson Ferreira de Araújo Sousa

CONSELHO TUTELAR

Willian Almeida dos Santos
Ione Rodrigues da Silva Oliveira
Wênia Sousa Sena
Maria Claudenice Pereira da Silva
Claudean de Paula Ferreira



“QUANDO AS CRIANÇAS BRINCAM
E EU AS OIÇO BRINCAR,
QUALQUER COISA EM MINHA ALMA
COMEÇA A SE ALEGRAR.

E TODA AQUELA INFÂNCIA
QUE NÃO TIVE ME VEM,
NUMA ONDA DE ALEGRIA
QUE NÃO FOI DE NINGUÉM.

SE QUEM FUI É ENIGMA,
E QUEM SEREI VISÃO,
QUEM SOU AO MENOS SINTA
ISTO NO CORAÇÃO.”

– FERNANDO PESSOA



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	5
DIRETRIZES POLÍTICAS	9
DIRETRIZES TÉCNICAS	9
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS	10
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	12
1. Diagnóstico socioterritorial.....	12
1.1- caracterização do território e ambiente	12
1.2 aspectos gerais e históricos	14
1.3 aspectos econômicos	15
1.3.1 produção econômica	15
1.3.2 trabalho e rendimento	15
CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	17
DIAGNÓSTICO DA SAÚDE	18
DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO	25
DIAGNÓSTICO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,	33
DIAGNÓSTICO DA CIDADE E DO MEIO AMBIENTE	38
DIAGNÓSTICO DA CULTURA, ESPORTE E DO LAZER	40
MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	42
SIGLAS.....	43
R	

INTRODUÇÃO

Com pouco mais de 1.270 crianças com idade entre 0 e 6 anos, a cidade de Sítio Novo do Tocantins busca, por meio deste Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI, traçar metas e estratégias que, transformadas em ações, promoverão uma primeira infância plena, estimulante e saudável para as crianças no Município.

A Primeira Infância é uma fase de descobertas, aprendizado e desenvolvimento, de 0 aos 3 anos de idade é o período que o ser humano mais se desenvolve, por isso é chamado de primeiríssima infância, pois, aprende a falar, andar, controlar suas emoções, entre outras funções. Estudos como: A Afetividade e a construção da Psicogenética de Henri Wallon e a Teoria Sociocultural de Lev Vygotsky, comprovam que o cuidado, o afeto e a interação, aceleram esse processo de desenvolvimento, aumentando o potencial de aprendizagem da criança.

Com o objetivo de estabelecer relações intersetoriais específicas e garantir direitos fundamentais as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, o município de Sítio Novo do Tocantins busca através do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI, traçar metas e estratégias, que se transformem em ações e garantam a promoção de uma infância plena, promissora e saudável para todas as crianças do município.

Este importante documento pretende ser o instrumento norteador para atuação do poder público, da sociedade civil e das famílias, corresponsáveis na garantia das condições para o pleno desenvolvimento das crianças. Trata-se de uma ferramenta de acompanhamento e controle que dispõe sobre as metas e estratégias necessárias para o pleno desenvolvimento das crianças.

No Brasil, a prioridade da criança é estabelecida pela Constituição Federal, de 1988, no artigo 227 que dispõe sobre a determinação de um tratamento privilegiado para a faixa etária de 0 a 18 anos (excepcionalmente, até 21). O Marco Legal da Primeira Infância, aprovado pela Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, deu um passo além e estabeleceu princípios e diretrizes para a formulação e implementação das políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos.

O Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI considera que ao investir na criança devemos observar o valor de sua vida presente, enfatizando suas relações, suas descobertas e suas realizações, ao tempo em que, é indispensável atender à perspectiva do seu desenvolvimento com foco no seu futuro.

As propostas apresentadas neste Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI estão alicerçadas na concepção da criança sujeito de direitos, antes mesmo do seu nascimento, e são resultado coletivo da representatividade de vários segmentos que contribuíram para a sua elaboração.

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

O PMPI de Sítio Novo do Tocantins é permeado por dois importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança.

A prioridade absoluta da criança, como já visto, está disposta no art. 227 da Constituição Federal, e foi regulamentada e reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA, Lei nº 8.069/90, no parágrafo único do art. 4º:

A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

No mesmo art. 227 da Constituição Federal, está definido o princípio da corresponsabilidade da sociedade, das famílias e do poder público pelo desenvolvimento, cuidado e proteção das crianças. Dele, decorrem vários direitos regulamentados em lei.

Seguindo tal princípio, os eixos estratégicos do PMPI de Sítio Novo do Tocantins só serão alcançados por meio de um esforço conjugado, que inclui a participação do Estado, da sociedade, das famílias, das organizações da sociedade civil e do setor privado.

Portanto, as metas e estratégias aqui estipuladas não se dirigem apenas ao poder público, mas também aos demais responsáveis pela promoção e proteção dos direitos da criança. Para isso, o PMPI de Sítio Novo do Tocantins prevê estratégias específicas que visam ampliar e fortalecer o envolvimento desses diferentes atores na garantia das condições necessárias para o desenvolvimento integral na primeira infância.

Nosso objetivo é fazer um levantamento sucinto da legislação que envolve a infância em cada tema abordado; promover uma reflexão sobre a realidade a partir de dados das políticas públicas e da percepção dos agentes sociais e, por fim, propor ações, atividades que possam contribuir e fortalecer os direitos da criança, garantido as condições para um desenvolvimento saudável, seguro, sustentável e, sobretudo feliz.

A Rede Nacional Primeira Infância enumera princípios e diretrizes políticas e técnicas que fundamentaram e orientaram a elaboração do Plano Nacional pela Primeira Infância e que, conseqüentemente, serão também utilizados neste plano. Tais princípios e diretrizes, definidos a partir da discussão e decisão daqueles que participaram da elaboração do plano nacional, são frutos de uma longa trajetória de conhecimento e de vivência do trabalho com crianças e adolescentes.

Segue abaixo, um resumo desses princípios e diretrizes, constante da

publicação Plano Nacional pela Primeira Infância.

- **A CRIANÇA É SUJEITO, INDIVÍDUO, ÚNICO, COM VALOR EM SI MESMA:** Compreender a verdadeira essência do ser humano que se forma desde sua gênese e se realiza ao longo da vida, a partir da infância.
- **DIVERSIDADE ÉTNICA, CULTURAL, DE GÊNERO E GEOGRÁFICA COMO TRAÇO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE E, POR INCLUSÃO, DA INFÂNCIA NO BRASIL:** Esse princípio abre o olhar para as várias infâncias que existem em nosso País. Assegura o respeito à criança na sua identidade pessoal e coletiva e na sua relação com o grupo ao qual pertence às múltiplas formas de ser criança que as políticas devem ser sensíveis.



- **INCLUSÃO DE TODA CRIANÇA EM TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS:** Uma sociedade inclusiva abraça todos e cada um dos indivíduos, nas suas expressões próprias, segundo as quais cada um é si mesmo e diferente dos demais; abarca todos e cada um dos grupos étnico-raciais, sociais e culturais; manifesta zelo pela igualdade fundamental e pela equidade social. Para que a sociedade brasileira seja uma sociedade inclusiva, todas as crianças devem dela participar, desde o começo da vida, como sujeitos de pleno direito.
- **A INTEGRALIDADE DA CRIANÇA:** Impõe-se superar a visão fragmentada da criança. Uma visão holística, integrada, senão imediatamente do “todo”, pelo menos progressivamente mais abrangente, vai ajudar a ver as inter-relações ou intersecções que foram artificialmente afastadas como campos específicos de atividades profissionais distintas.
- **INTEGRAÇÃO DAS VISÕES CIENTÍFICA, ÉTICA, POLÍTICA, ESTÉTICA E HUMANISTA DA CRIANÇA:** Os parâmetros das ciências e a visão humanista devem articular-se nas ações dirigidas à criança. Assim, pediatria, neurociências, pedagogia, psicologia, psicanálise, antropologia, ciência jurídico e outros campos científicos, de um lado, e, de outro, valores, princípios éticos e estéticos, políticos e econômicos, o projeto de vida de cada ser humano. A contribuição das ciências é imprescindível e inestimável, mas sempre com o calor do humanismo, ou seja, o olhar humanista com o aporte das ciências.

- **ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES:** A articulação deve ocorrer em três âmbitos: nas ações dos entes federados (União, Estado e Município), nos setores da administração pública (educação, saúde, assistência, cultura, meio ambiente, etc.) e na relação governo e sociedade. Esse princípio tem três benefícios: evita duplicidade, racionaliza a utilização dos recursos públicos, evitando desperdícios e aumenta a eficiência e a eficácia dos esforços governamentais para atender os direitos das crianças.
- **SINERGIA DAS AÇÕES:** Ações articuladas se complementam e, assim, alcançam maior eficiência e eficácia se realizadas no mesmo espaço e tempo, de forma integrada. Ganha-se tempo, gasta-se menos e se alcançam resultados mais consistentes. Não se trata de transformar a creche num centro de saúde ou de atribuir a um ambulatório hospitalar as funções de um estabelecimento de educação infantil, mas de encontrar as complementaridades de serviços e as possibilidades de expansão das ações em cada um dos lugares em que as crianças são atendidas.



- **PRIORIDADE ABSOLUTA DOS DIREITOS DA CRIANÇA:** O princípio estampado no Art. 227 da Constituição Federal, regulamentado pelo Art. 4º do ECA, e pelo Marco Legal da Primeira Infância, no art. 3º da Lei nº 13.257, de 2016, tem que ser posto em prática e levado à suas últimas consequências. As ações e os recursos financeiros, nos três níveis da administração pública, devem ser decididos segundo a primazia absoluta dos direitos da criança e do adolescente.
- **PRIORIDADE COM DESTINAÇÃO PRIVILEGIADA DE RECURSOS, AOS PROGRAMAS E AS AÇÕES PARA AS CRIANÇAS SOCIALMENTE MAIS VULNERÁVEIS:** Os direitos afirmados na Convenção dos Direitos da Criança, na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente são de todas as crianças. No entanto, situações de vulnerabilidade individual e social, maior necessidade econômica de famílias, de Municípios, Estados ou Regiões requerem políticas de proteção especial e impõem urgência maior para a ação do Estado. Têm prioridade aqueles que, sem essa atenção pública, estão ou estariam privados de direitos fundamentais. Essa é uma condição para que a igualdade como princípio universal possa tornar-se igualdade real
- **DEVERES DA FAMÍLIA, DA SOCIEDADE E DO ESTADO:** A família é a instituição primordial de cuidado e educação da primeira infância. A sociedade por meio de suas organizações sociais representativas, culturais, religiosas, comunitárias tem a possibilidade de promover e participar de campanhas e ações que visem a aprofundar a consciência social sobre o significado da primeira infância e ao Estado cabe primeiro formular e programar políticas econômicas e sociais que assegurem às famílias condições para cumprirem suas funções de cuidado e educação dos filhos e segundo, formular e manter políticas públicas, programas e ações voltados para as crianças, com grupo etário específico, visando à garantia de seus direitos fundamentais.

DIRETRIZES POLÍTICAS

- Atenção à prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no Plano Plurianual - PPA e no Orçamento para que assegurem os meios financeiros para que essa prioridade seja efetivada na prática;
- Articulação e complementação dos Planos Nacional, Estadual e Municipal pela primeira infância, cada um adequando a sua realidade tendo o Nacional com referência de tal maneira que todos estejam articulados e se complementem;
- Manutenção de uma perspectiva de longo prazo. É preciso persistir por vários anos nos objetivos e nas metas para garantir condições dignas de vida e promotoras do desenvolvimento pleno a todas as crianças brasileiras;
- Elaboração dos planos em conjunto entre governo e sociedade, gerando corresponsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias;
- Participação do Poder Legislativo no processo de elaboração, atualização e revisão do Plano;
- Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior necessidade;
- Participação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os órgãos que compõem esse sistema vêm exercendo um papel relevante e imprescindível na defesa e na garantia dos direitos de cada criança e da infância como faixa etária específica.

DIRETRIZES TÉCNICAS

- Integralidade do Plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional;
- Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação, junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada;
- Valorização dos processos que gerem atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança;
- Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos;
- Valorização dos processos que gerem atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança;
- Reconhecimento de que a forma como se olha, escuta e atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela;
- Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante, acolhimento de suas mensagens e resposta a ela sobre a sua participação;
- Foco nos resultados. São necessárias insistência e persistência para se alcançarem os objetivos e as metas do PNPI;
- Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação do PNPI.

O Plano Municipal Pela Primeira Infância – PMPI de Sítio Novo do Tocantins, em suas metas e estratégias, está ajustado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), fixados em acordo internacional promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015, do qual Brasil é assinante.

Os ODS visam a sustentabilidade global (Agenda 2030), com o objetivo de elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. O município de Sítio Novo do Tocantins em seu PMPI incluiu, sempre que possível e considerando a nossa realidade local, as referências presentes no conjunto dos 17 ODS, priorizando os objetivos que possuem conexão mais direta com a primeira infância dentre os elencados a seguir:

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - ODS



- 1. Erradicação da pobreza:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- 2. Fome zero e agricultura sustentável:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3. Saúde e bem-estar:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.
- 4. Educação de qualidade:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.
- 5. Igualdade de gênero:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- 6. Água potável e saneamento:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
- 7. Energia limpa e acessível:** Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
- 8. Trabalho decente e crescimento econômico:** Promover o crescimento

econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

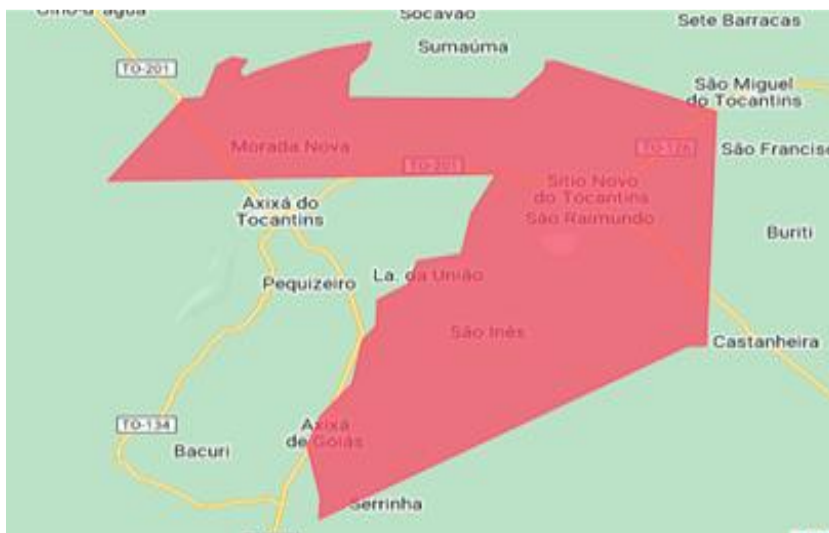
- 9. Indústria, inovação e infraestrutura:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- 10. Redução das desigualdades:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- 11. Cidades e comunidades sustentáveis:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- 12. Consumo e produção responsáveis:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- 13. Ação contra a mudança global do clima:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
- 14. Vida na água:** Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- 15. Vida terrestre:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- 16. Paz, justiça e instituições eficazes:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- 17. Parcerias e meios de implementação:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1. DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL

Mapa – Localização do Município



1.1- Caracterização Do Território e ambiente

O município de Sítio Novo do Tocantins tem uma extensão territorial de 324 Km². O seu relevo destaca-se pelas planícies, possuindo uma vegetação de matas com clima quente e úmido. O município faz limites a norte com o município de Praia Norte a sul com o município de Itaguatins, a leste com o município de São Miguel do Tocantins e a oeste com o município de Axixá do Tocantins.

O município de Sítio Novo do Tocantins possui os seguintes povoados: Juverlândia, Folha Seca, Sumaúma, São Pedro, Centro do Urué, Boa Esperança, Mangueira, Lago da União, Santa Inês, Macaúba, PA Montes Altos, Olho D'água do Coco, Taboa, Passagem Franca, PA Bacuri I e II, São Jorge I e II. O município não possui comunidades indígenas nem quilombolas.

Sítio Novo foi elevado a categoria de Distrito por força da Lei nº 01/63, de 9 de fevereiro de 1963, da câmara municipal de Itaguatins, TO.

Em 1963, a Lei Estadual nº 4.683/63, de 14 de outubro de 1963, eleva o Distrito de Sítio Novo de Goiás a categoria de município, desmembrando do município de Itaguatins e aos seus habitantes dando-se o nome de sítio-novenses.

Com a criação do Estado do Tocantins, a Assembleia Legislativa por disposição do Decreto Legislativo nº 01/89, de 1º de janeiro de 1989, no artigo 4º, alterou o nome de Sítio Novo de Goiás para Sítio Novo do Tocantins.

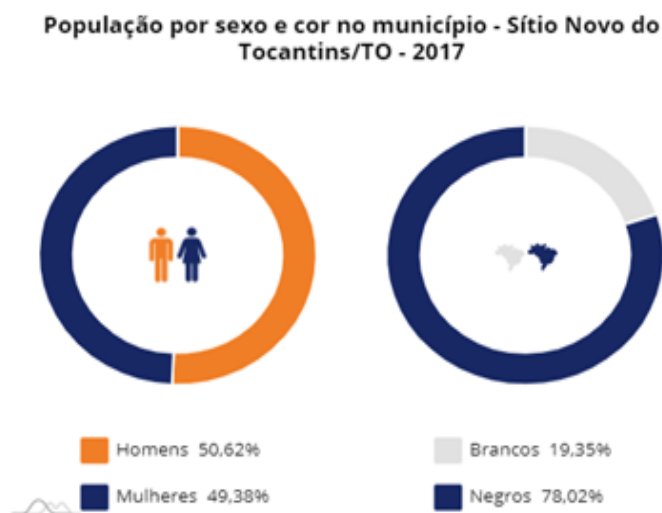
O povoado começou a formar-se em torno de um rancho construído por caçadores, num antigo sítio. Com a construção de novas moradias a área passou a ser denominada de sítio Novo. Nessa localidade, os primeiros habitantes dedicaram-se á agricultura e á exploração de amêndoas de babaçu. Paralelamente, surgiram os pequenos estabelecimentos comerciais e as atividades industriais incipientes.

Área da unidade territorial [2021]	307,095 km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]	12,1 %
Arborização de vias públicas [2010]	81,3 %
Urbanização de vias públicas [2010]	0 %
Bioma [2019]	Cerrado
Sistema Costeiro-Marinho [2019]	Não pertence
Hierarquia urbana [2018]	Centro Local (5)
Região de Influência [2018]	Arranjo Populacional de Imperatriz/MA
Região intermediária [2021]	Araguaína
Região imediata [2021]	Araguatins
Mesorregião [2021]	Ocidental do Tocantins
Microrregião [2021]	Bico do Papagaio

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

De acordo com as estimativas de 2017, a população do município - Sítio Novo do Tocantins - era de 9.192 pessoas, sendo composta, em sua maioria, por homens e negros.

Entre 2013 e 2017, a população do município - Sítio Novo do Tocantins - teve uma redução de 1,13%. No mesmo período, a UF - Tocantins - registrou um aumento de 4,87%. A tabela mostra a população total do município e a sua composição por sexo e cor nesses dois anos.



Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Estimativa populacional FJP (2017). Obs.: Não foram consideradas as categorias de cor/raça amarela e indígena. População Sítio Novo do Tocantins - TO 2010

População estimada [2021]	8.965 pessoas
População no último censo [2010]	9.148 pessoas

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

População total por sexo e cor no município - Sítio Novo do Tocantins/TO - 2013 e 2017

	População 2013	% do Total 2013	População 2017	% do Total 2017
População total	9.297	100,00	9.192	100,00
Mulher	4.591	49,38	4.539	49,38
Homem	4.706	50,62	4.653	50,62
Negro	7.254	78,03	7.172	78,02
Branco	1.799	19,35	1.779	19,35

Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Estimativa populacional FJP (2013 e 2017).

Obs.: Não foram consideradas as categorias de cor/raça amarela e indígena.

Fonte: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/172080>

1.2 Aspectos gerais e históricos

O município de Sítio Novo do Tocantins está localizado na microrregião do Bico do Papagaio à margem esquerda do Rio Tocantins, no extremo norte do estado, tendo como vias e acesso a TO 201 e TO 392, distante 600 km da capital do Estado do Tocantins Palmas.

Foi habitado por agricultores, caçadores e pescadores, devido à fertilidade de suas terras. O povoamento onde se ergue hoje a sede municipal deve-se a três famílias dos senhores: Pedro Lima, Manoel Ferreira da Costa e Firmino Latarano, que aqui se fixaram por volta de 1948.

A origem do nome justifica-se por ter sido no início um povoado de muita fartura por suas terras férteis e diversos sítios, onde se desenvolvia basicamente a agricultura, a extração de madeira, coco babaçu e muita caça, formada assim uma economia de subsistência. Paralelo à exploração do babaçu e ao desenvolvimento da agricultura, crescia o número de pequenos estabelecimentos comerciais.

Tornou-se autônomo através da Lei Estadual nº 8. 683, de 14 de outubro de 1963, desmembrando-se do município de Itaguatins, sendo instalado no ano seguinte em 01 de janeiro de 1964, após as eleições e a posse do primeiro Prefeito, Vice-Prefeito e Câmara Municipal de Vereadores. Em 22 de agosto é comemorado o dia da Padroeira da cidade “Imaculado Coração de Maria” e 28 a 30 de junho acontece a festa junina “O Quadrilhão”.

Somente após a construção de uma capela, dedicada ao Sagrado Coração de Maria, padroeira da cidade, e de uma escola pública, o povoado experimentou um

rápido desenvolvimento e foi elevada a categoria de distrito, através da Lei Municipal nº 01, de 09 de Fevereiro de 1963, subordinado jurídico administrativamente a Itaguatins. Outra Lei Municipal, a de nº 06, de 27 de março do mesmo ano, fixou seus limites distritais e mudou seu nome para Sítio Novo de Goiás.

Atualmente o município de Sítio Novo do Tocantins - To, esta sendo administrado pelo prefeito Alexandre Sousa Abreu Farias. A sua população boa parte vive em situação de pobreza, salvo o Programa de Transferência de Renda – Auxílio Brasil, que vem amenizando a situação dessa população. A maioria vive da agricultura e pecuária e do serviço público municipal que é a principal fonte empregadora, junto com os pequenos comércios.

1.3 Aspectos Econômicos

1.3.1 Produção Econômica

Sua economia está calcada, principalmente nas atividades de agricultura e agropecuárias.

ECONOMIA	
PIB per capita [2019]	11.686,30 R\$
Percentual das receitas oriundas de fontes externas [2015]	93,1 %
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) [2010]	0,604
Total de receitas realizadas [2017]	23.685,04 R\$ (×1000)
Total de despesas empenhadas [2017]	23.284,23 R\$ (×1000)

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

1.3.2 Trabalho e Rendimento

Em 2019, o salário médio mensal era de 1.6 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 9.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 64 de 139 e 79 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 4352 de 5570 e 3762 de 5570, respectivamente.

Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 55.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 2 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 457 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Salário médio mensal dos trabalhadores formais [2019]	1,6 salários mínimos
Pessoal ocupado [2019]	827 pessoas
População ocupada [2019]	9,2 %
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo [2010]	55,1 %

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>



CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

A definição de estratégias para a superação de dificuldades relacionadas à primeira infância na cidade de Sítio Novo do Tocantins pressupõe a realização de um diagnóstico para identificação e compreensão dos reais desafios do Município na garantia das condições para o desenvolvimento integral das crianças.

O diagnóstico é fundamental, ainda, para revelar quais problemas são prementes e quais territórios necessitam de intervenções com mais urgência. Essas evidências são fundamentais para o enfrentamento da extrema desigualdade existente na cidade.

O levantamento e a análise das informações também permitem constatar possíveis lacunas, particularmente na área da proteção social, da garantia de direitos e da promoção da cidadania, nos colocando o desafio de melhorar a situação da primeira infância, acrescentando a tarefa da articulação intersetorial, com uma lógica de atendimento integral e integrado entre todos os atores envolvidos no atendimento das crianças na primeira infância e suas famílias.

Nesse sentido, apresentam-se, a seguir, dados de um conjunto de indicadores sobre a realidade da primeira infância no Município de Sítio Novo do Tocantins



SAÚDE E A CRIANÇA

DIAGNÓSTICO DA SAÚDE

Da mesma forma que o Plano Nacional, a proposta do Plano Municipal pela Primeira Infância de Sítio Novo do Tocantins, em relação à saúde, “apoia-se sobre o direito universal de acesso à saúde, entendida em seu conceito mais amplo, que envolve reconhecer o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida”.

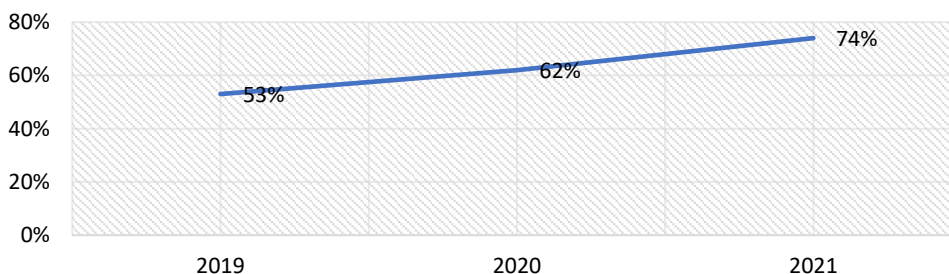
Todas as legislações estudadas deixam claro que os direitos básicos à saúde da criança estão relacionados a garantir plenas condições de nutrição, de desenvolvimento e de proteção. Para isso, conforme o PNPI, as diretrizes das políticas públicas precisam estar apoiadas em ações transversais e integradas, operacionalizadas em todos os níveis de atenção, desde a saúde básica, o atendimento pré-natal, o parto e o puerpério, até o acompanhamento do desenvolvimento da criança, bem como os serviços especializados.

Os dados levantados através do diagnóstico, são importantes, tanto sob o aspecto demográfico, quanto de saúde por possibilitarem a construção de diversos indicadores, identificando corretamente como desenvolver e aplicar as melhores estratégias e ações tanto de prevenção, promoção e recuperação da saúde, de modo a intervir no processo de saúde respeitando os princípios de integralidade, equidade e universalidade, ampliando a participação e o controle social com vistas à Vigilância à Saúde na defesa da qualidade de vida.

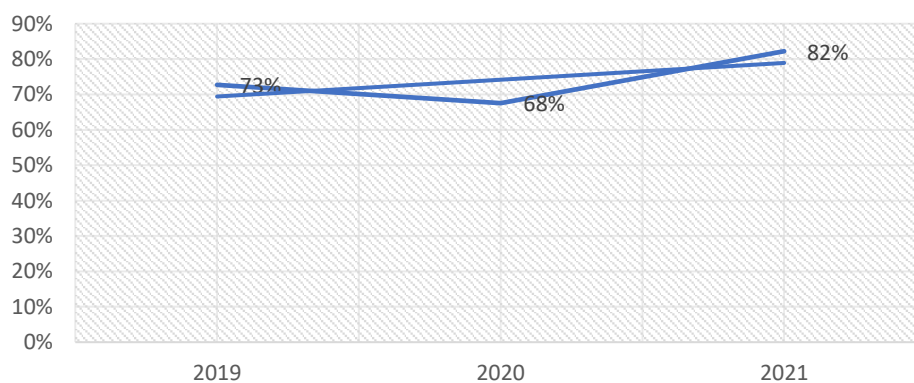
Veja abaixo os dados mais detalhados do diagnóstico na referência dos anos 2019, 2020 e 2021 no município de Sítio Novo do Tocantins.

O PRÉ-NATAL, GESTANTES E PUÉRPERAS, TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E MATERNA

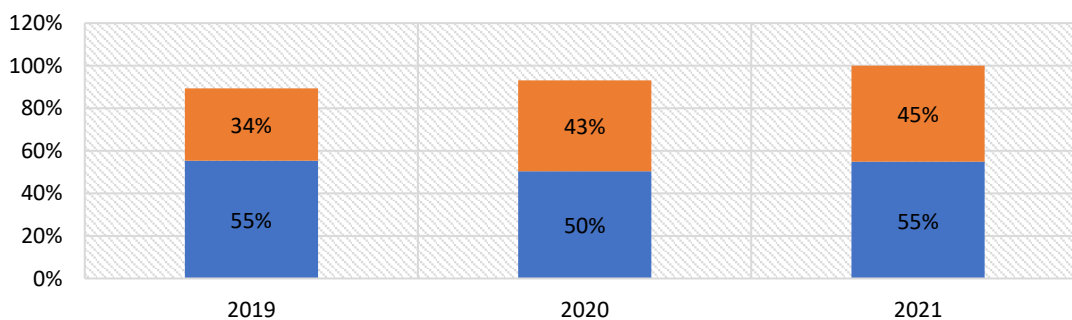
Total de gestantes que iniciaram o pré-natal nas primeiras 12 semanas de gestação em relação ao total de gestantes acompanhadas, por ano e município de residência.



Total de gestantes que realizaram o acompanhamento o pré-natal acima de 28 semanas de gestação em relação ao total de gestantes acompanhadas, por ano e município de residência.

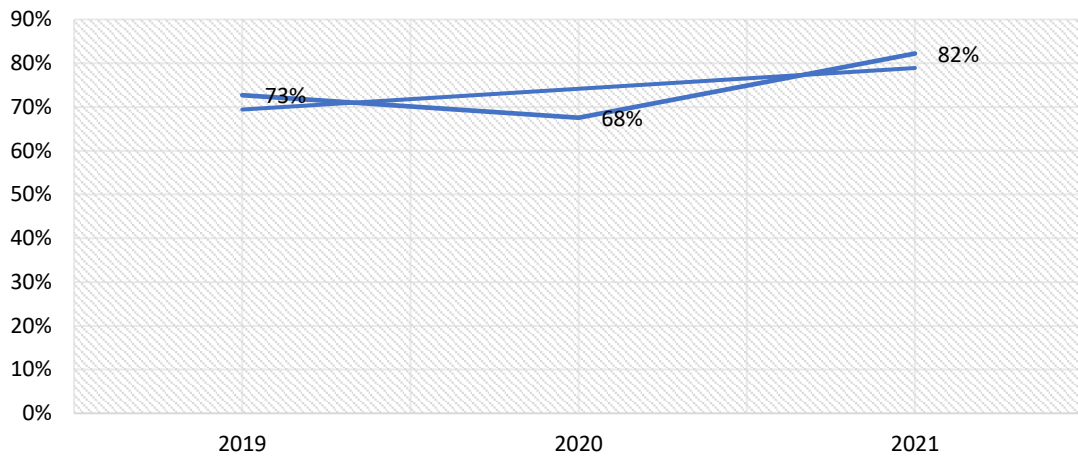


Partos por tipo Cesáreo e Natural

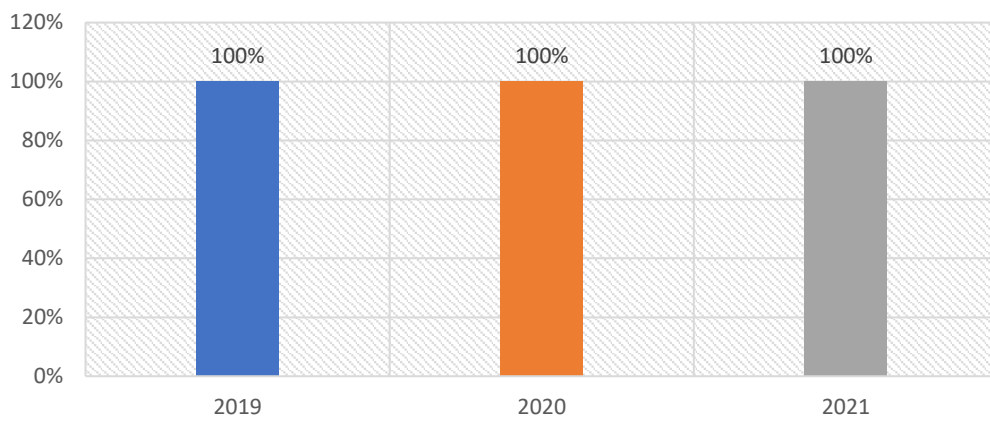


- Percentual de partos cesáreo em relação ao total de partos registrados no município - Segundo município de residência
- Percentual de partos naturais em relação ao total de partos registrados no município - Segundo município de residência

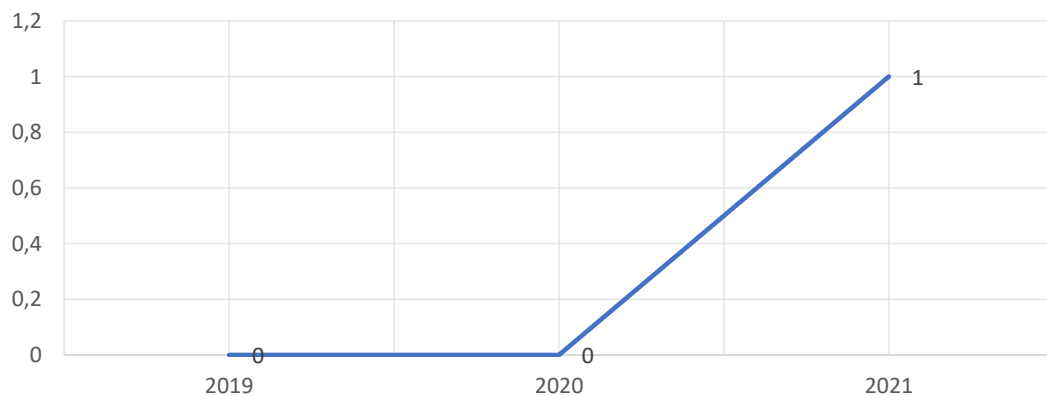
Porcentagem de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre gravidez do total de gestantes.
Gestantes com acompanhante antes e durante o trabalho de parto e pós-parto



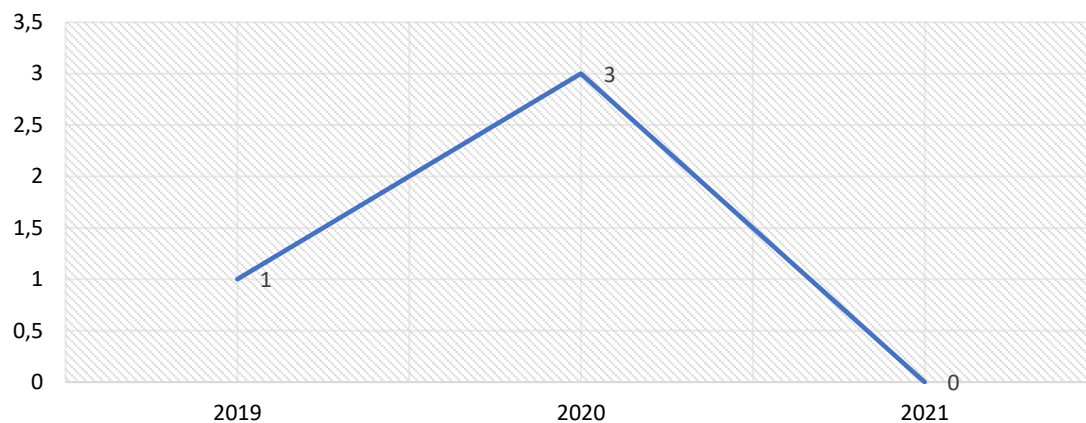
Puérperas que tiveram acesso ao alojamento conjunto com o recém nascido, conforme a lei 1.108/2005



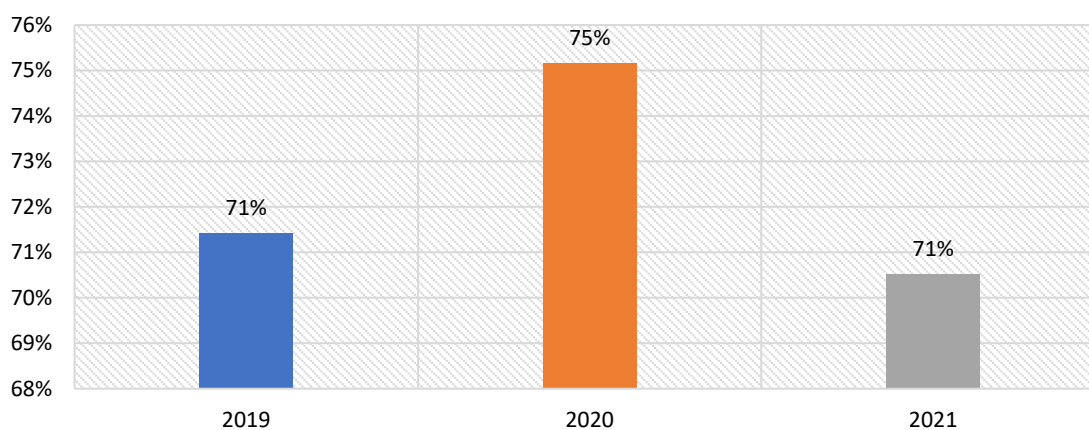
Número de mortes de mulheres por causas relacionadas à gravidez, parto ou puerpério para cada 100.000 nascidos vivos, por ano e município de residência.



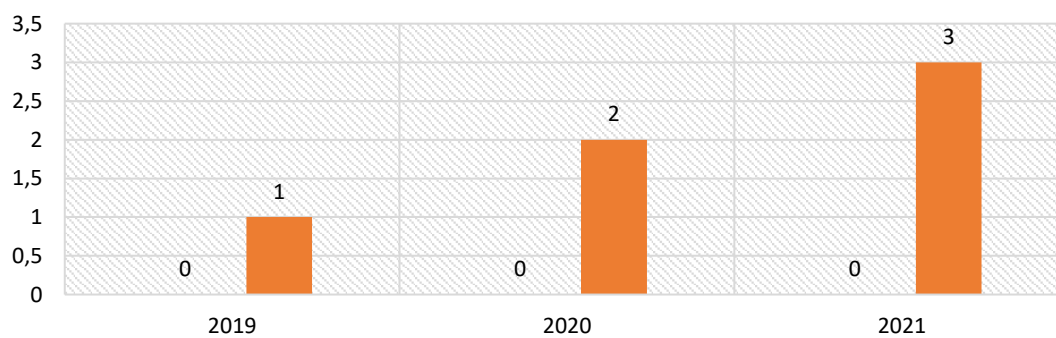
Taxa de mortalidade infantil referência para cada mil nascidos vivos



Bebês de até 6 meses com aleitamento materno exclusivo.

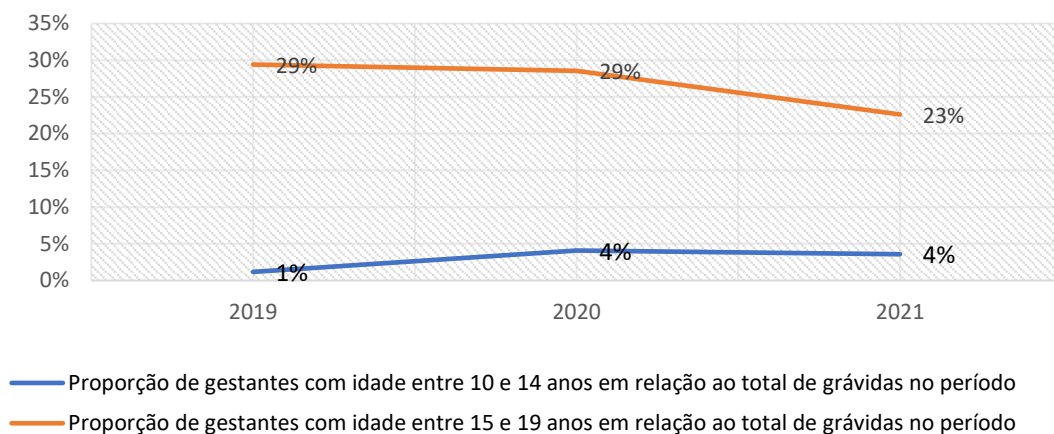


Desnutrição e Obesidade

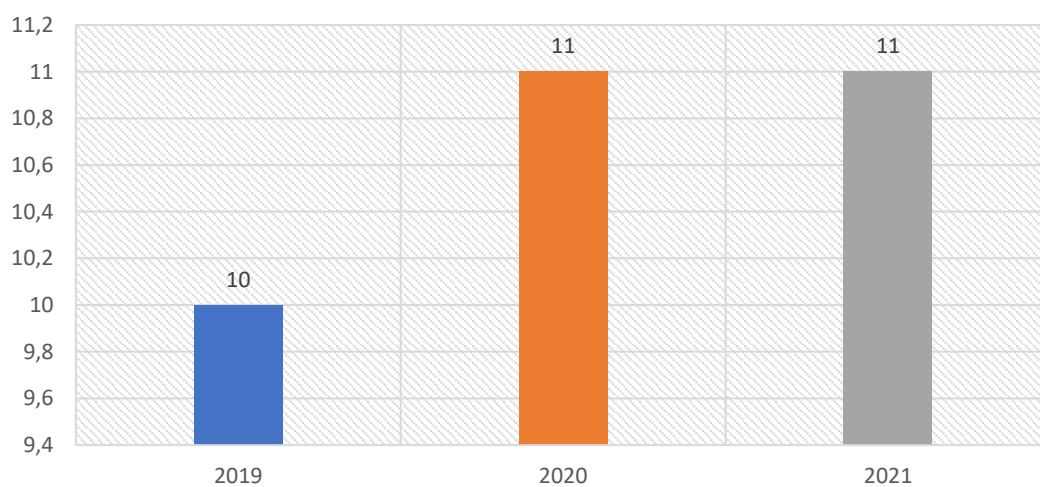


■ N. total de crianças menores de 2 anos desnutridas

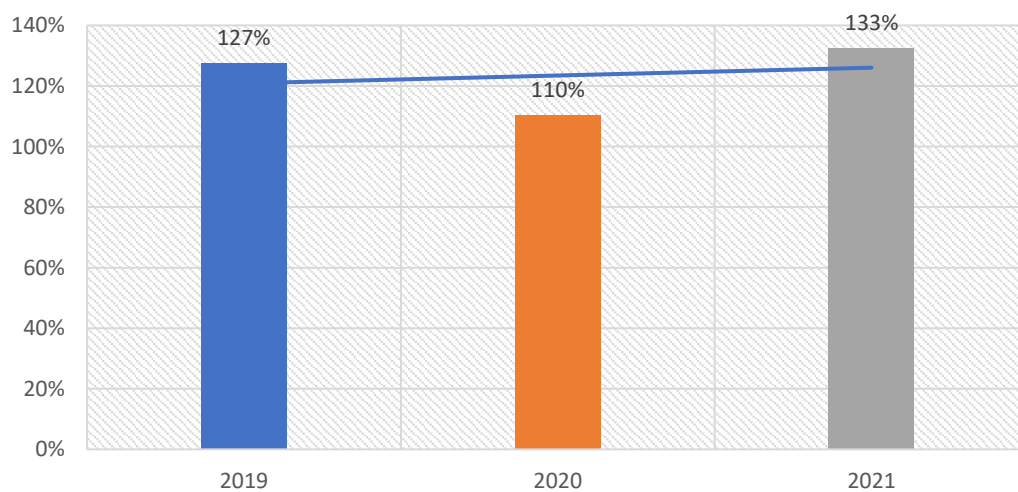
Gravidez na Adolescência



crianças até 6 anos com deficiência acompanhadas em serviços especializados no município



Crianças Vacinadas com duas doses da Tríplice Viral



AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS

Diretriz: Garantir o direito à vida, à Saúde e a boa nutrição a gestantes e crianças na Primeira Infância.



OBJETIVO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	META	PRAZO
PREVENIR O SOBREPESO E DOENÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA	Realizar ações de avaliação antropométrica em todas as crianças até um 1 de idade durante o ano de 2023 cadastradas nas 5 UBS pelas ESF deste município.	Saúde, Educação e Assistência Social	95%	Dezembro 2024
	Realizar atendimento individual para todas as crianças de até 01 ano identificadas com obesidade ou desnutrição na Atenção Básica.	Saúde	95%	Dezembro 2024
	Intensificar o incentivo e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável durante as consultas e as visitas domiciliares.	Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
	Visita Puerperal na primeira semana de vida com orientações sobre aleitamento materno exclusivo.	Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
	Avaliação nutricional das crianças menor de 1 ano pela profissional de nutrição.	Saúde	95%	Contínuo 2023-2033
FORTALECER ATIVIDADES DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO A SAÚDE DA CRIANÇA EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL.	Promoção da alimentação adequada como aleitamento materno infantil exclusivo por meio de orientação e educação em saúde nos grupos de gestante.	Saúde	100%	Contínuo 2022-2032
	Realizar no mínimo duas atividades coletivas na temática de promoção da alimentação adequada e saudável, para todas as gestantes e puerperas do município.	Saúde	100%	Dez/2023

REDUZIR O NÚMERO DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS.	Realização de palestras, oficinas e rodas de conversa com adolescentes sobre os métodos contraceptivos e DSTs.	Saúde, Educação e Assistência Social	Bimestral	Contínuo 2023-2033
	Palestras sobre os riscos de uma gravidez na adolescência.	Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
PROMOVER A SAÚDE MENTAL DE CRIANÇAS	Realização da busca ativa de crianças com indicação de necessidades especiais.	Saúde, Educação e Assistência Social	100%	Contínuo 2022-2032
AMPLIAR COBERTURA VACINAL EM CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS .	Realizar formação dos profissionais de todas as unidades básicas de saúde sobre Busca Ativa Vacinal (BAV).	Saúde	100%	Contínuo 2022-2032
	Formalizar a equipe municipal da Busca Ativa Vacinal (BAV)	Saúde	100%	Contínuo 2022-2032
	Realizar a busca ativa dos faltosos através de visitas domiciliares, consultas e grupos educativos.	Saúde, Educação, Assistência Social e Conselho Tutelar	100%	Contínuo 2022-2032
	Capacitar de forma permanente as equipes para o convencimento das famílias/cuidadores em relação à importância da vacinação.	Saúde	100%	Contínuo 2022-2032
	Manutenção da oferta de todas as vacinas relativas à Primeira Infância.	Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
	Monitorar a caderneta de vacina de 100% das crianças no Sistema Único de Saúde (SUS) e vacinar nas escolas, em pontos estratégicos, quando necessário, a fim de aumentar a cobertura vacinal acompanhado do monitoramento da caderneta da criança.	Saúde	100%	Contínuo 2022-2032
SEMANA DO BEBÊ			100%	

,

EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, a partir da Constituição de 1988, passa a ser dever do Estado proporcionar o atendimento das crianças de zero a seis anos. Com a emenda constitucional 59/2009, o ensino se torna obrigatório a partir dos quatro anos e, com isso, o atendimento universal passa a ser para as crianças a partir desta idade. Também é dever do poder público o atendimento das crianças de zero a três anos, ainda que não na totalidade. A modalidade de ensino subdivide-se em: etapa creche (crianças de zero a três anos) e etapa pré-escola (crianças de quatro a cinco anos).

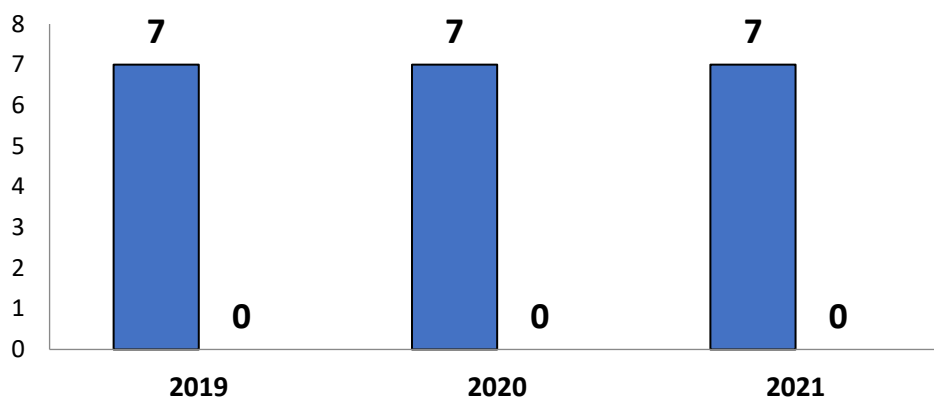
Importante destacar que a educação infantil representa um período de permanência da vida criança extremamente decisivo no seu processo de constituição do ser, de seu desenvolvimento e definidor de sua vida presente e futura, como exposto na lei de aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001.

A educação infantil estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade (BRASIL, 2001)

E seguindo essa mesma direção, Sítio Novo do Tocantins tem se posicionado no caminho para fazer da educação infantil um espaço que verdadeiramente cumpra seu papel comprometendo significativamente na qualidade, favorecendo o desenvolvimento integral da criança.

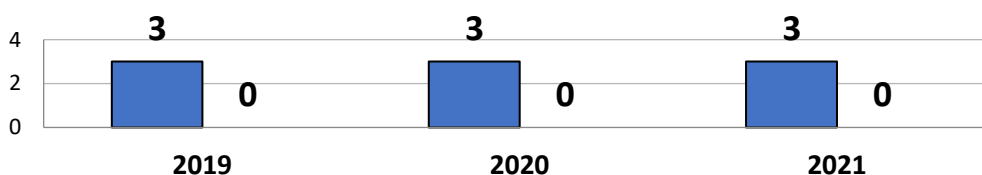
1. Total de Creches Públicas e Privadas do município

- Total de creches e estabelecimentos com creches, Pública
- Total de creches e estabelecimentos com creches, Privada



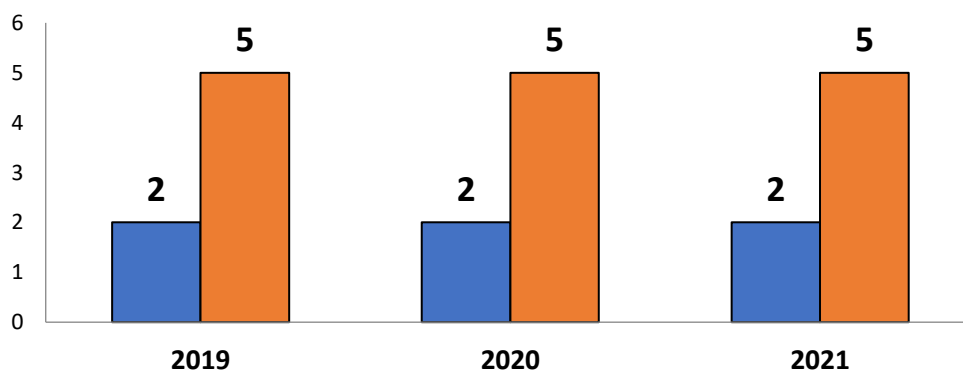
2. Números de Instituições de pré escola Públicas e Privadas municipais

- Total de Instituições de educação infantil públicas de pré-escolar
- Total de Instituições privadas de pré-escola

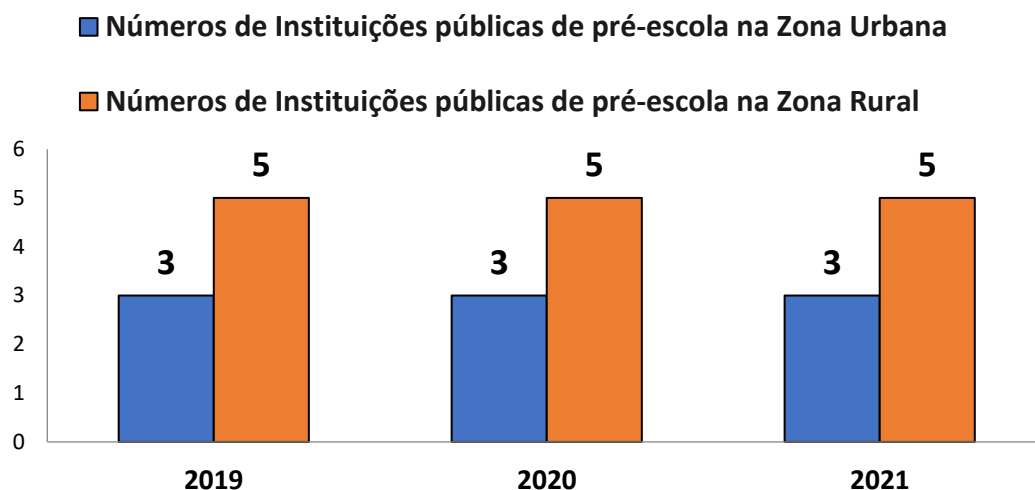


3. Número de estabelecimentos com creche Pública por zona urbana e rural

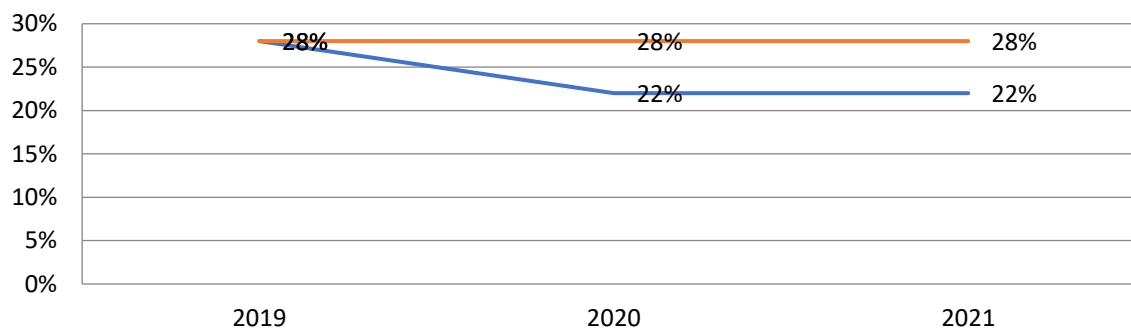
- Número de creches e estabelecimentos com creches, Pública Zona Urbana
- Número de creches e estabelecimentos com creches, Pública Zona Rural



4. Número de Instituições de pré escola Zona Urbana e Zona Rural

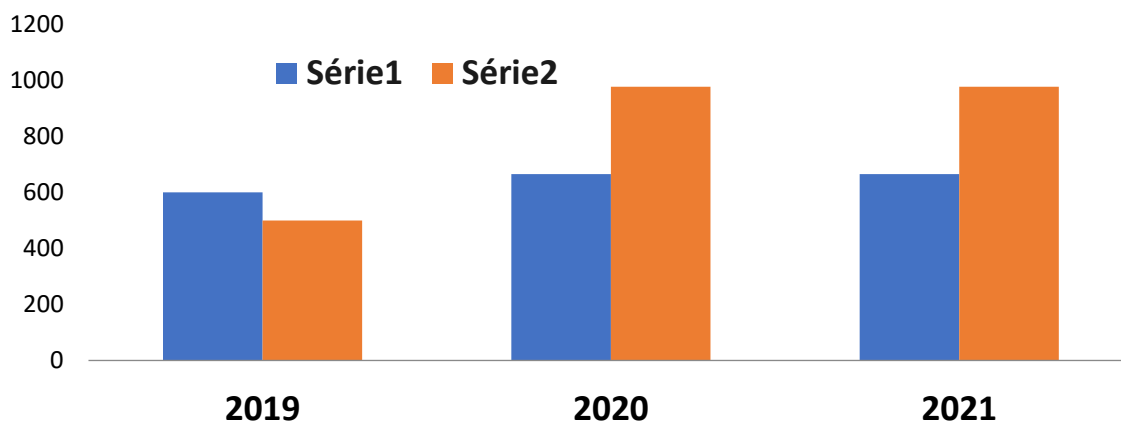


5. Percentual de instituições com atendimento integral

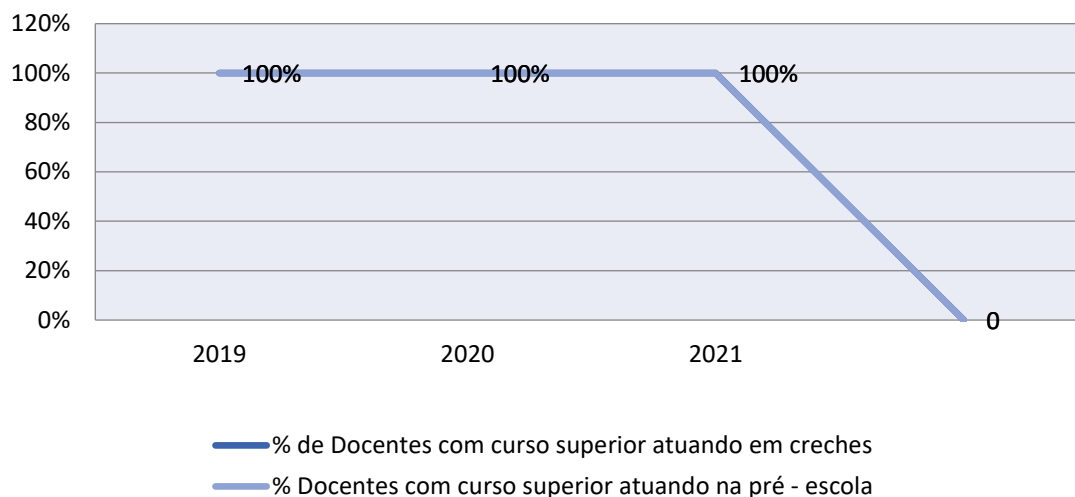


— % de unidades de educação infantil de atendimento integral para bebês/crianças de 0 a 3 anos e 11 meses - Creche
— % de unidades de educação infantil de atendimento integral para crianças de 4 a 5 anos e 11 meses

6. Número de alunos por docentes



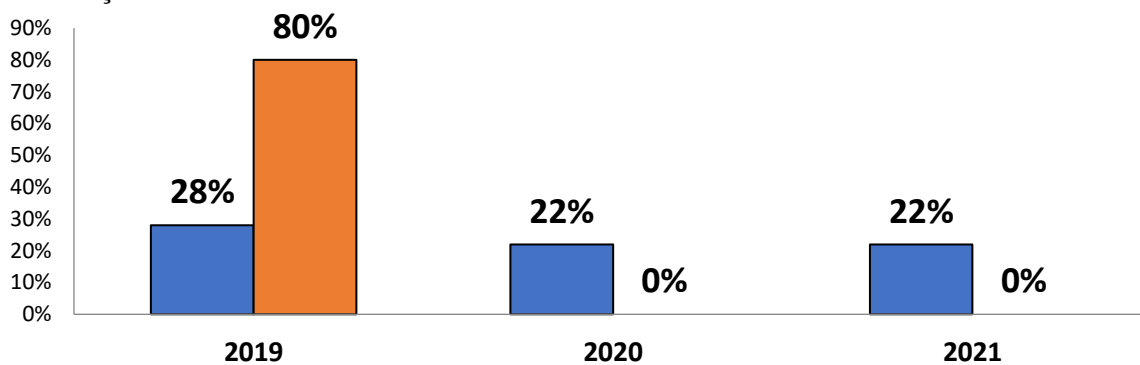
7. Docentes com curso superior atuando em creche e pré escolas municipais



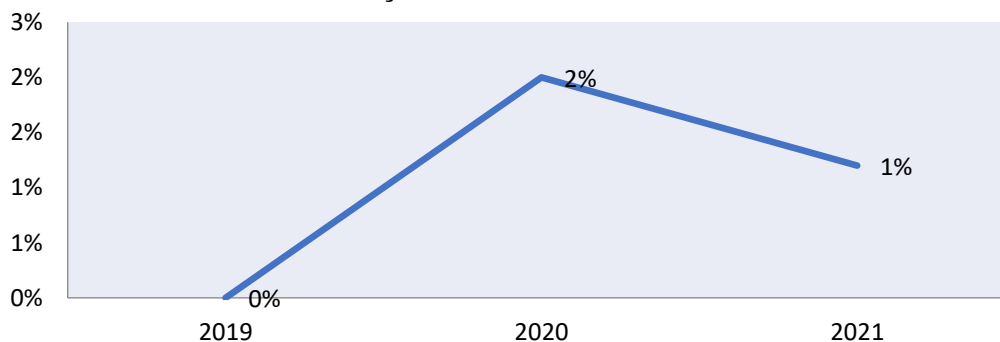
8. Informações do ambiente educacional

■ % de unidades de educação infantil que dispõem de brinquedos e jogos expressivos da diversidade étnico-racial

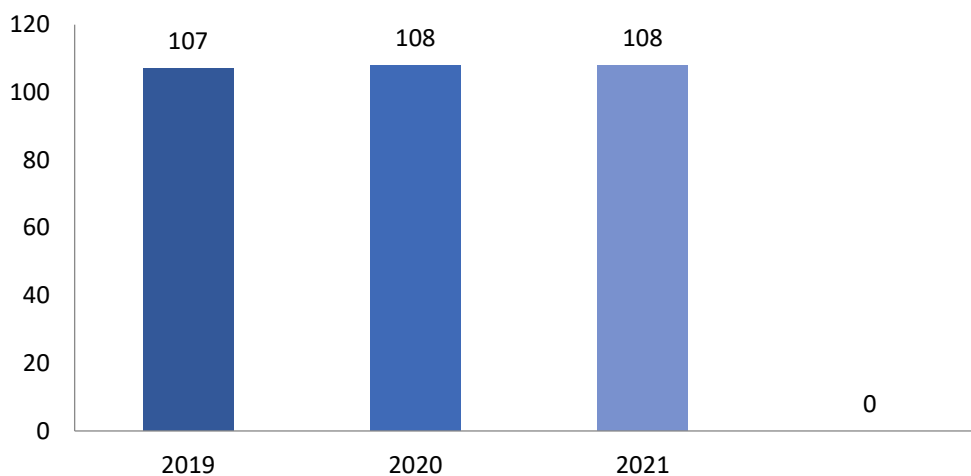
■ % de unidades de educação infantil municipal que disponibilizam tempo ao ar livre para as crianças



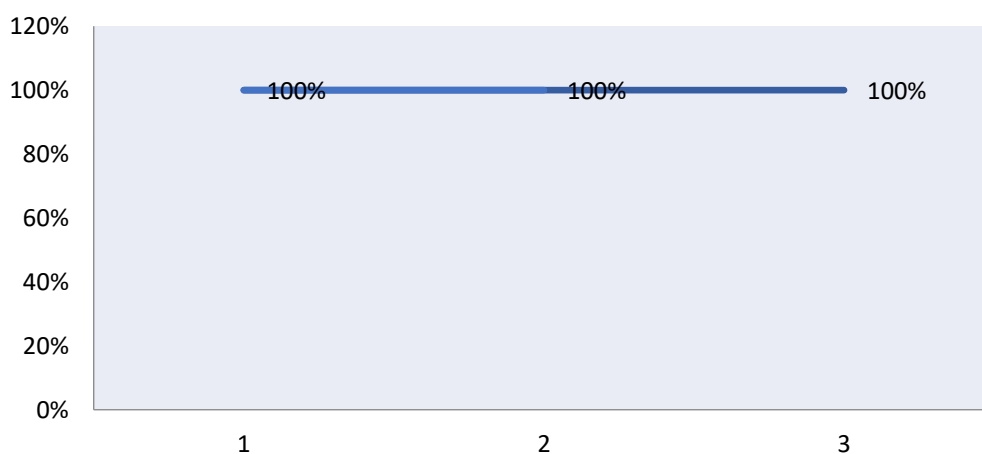
9. Percentual de alunos de até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil municipal em relação ao total de matrícula.



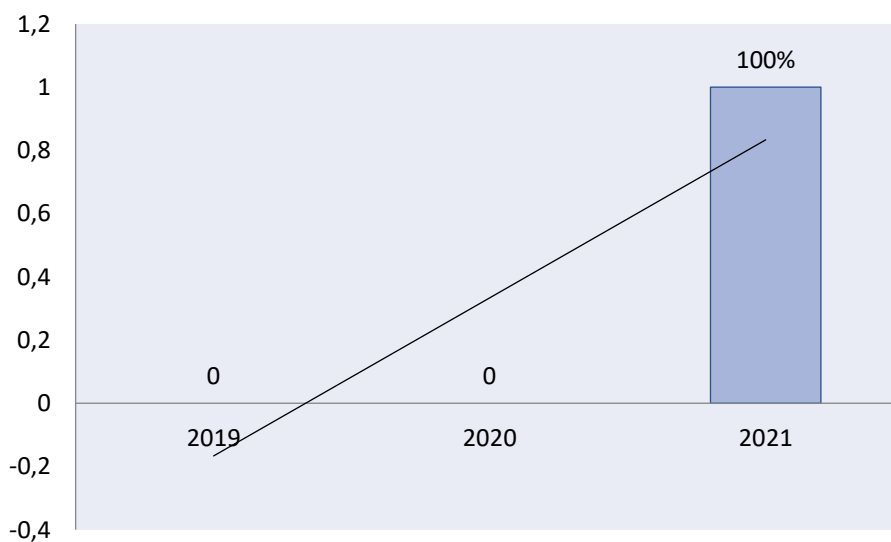
10. Numeros de professores existentes na Educação Infantil



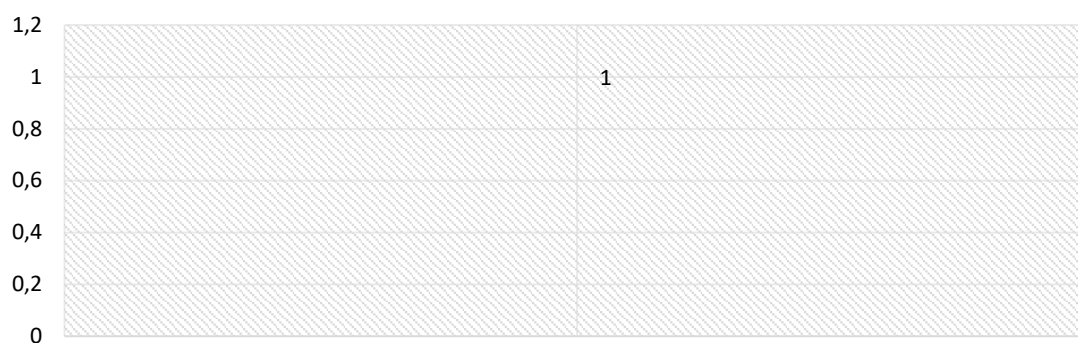
11. Unidade da educação infantil públicas com abastecimento de água e esgotamento sanitário



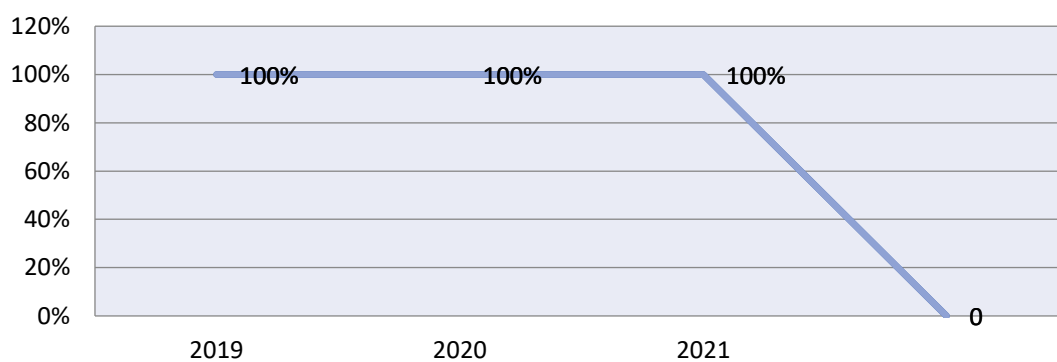
12. unidades de educação infantil públicas que possuem implantado o programa de lavagem das mãos



13. Percentual de alunos de até 5 anos e 11 meses com necessidades educacionais especiais inseridos na educação infantil municipal em relação ao total de matrícula.



14. Unidades de educação infantil com ofertas diárias de merenda



AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS

Diretriz: Universalização da Educação Infantil- Creche e Pré-Escola com acesso a Cuidado e Educação de qualidade.



OBJETIVO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	META	PRAZO
MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL, GARANTINDO O ATENDIMENTO AS CRIANÇAS DE 0 A MENOR DE 6 ANOS DE IDADE	Garantir Instituições de Educação Infantil e Pré-Escola para todas as crianças de 0 a 6 anos na zona urbana e rural.	Prefeitura Educação	100/%	2023-2033
	Construir e ampliar os CMEI com estrutura física preconizada e seguindo as regras de Acessibilidade.	Prefeitura Educação	100%	2023-2033
	Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.	Educação Prefeitura	100%	2023-2033
	Garantir que todas as unidades de educação infantil disponham de espaços pedagógicos adequados e acessíveis, internos e externos, que propiciem o livre brincar.	Educação Prefeitura	100%	2023-2033
AMPLIAR A MATRÍCULA NO ATENDIMENTO INTEGRAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	Disponibilização de transporte escolar com segurança e acessível para as crianças na primeira infância e seus cuidadores.	Educação	100%	2023-2033
	Definir e implantar protocolos de Busca ativa escolar para a identificação das crianças fora escola.	Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Tutelar	100%	2023-2033
	Realização de busca ativa para identificar e matricular crianças com necessidades especiais na rede de	Educação, Saúde, Assistência Social	100%	2023-2033

MELHORAR A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL, GARANTINDO O ATENDIMENTO AS CRIANÇAS DE 0 A MENOR DE 6 ANOS DE IDADE	ensino.			
	Realização de mini censo da Educação Infantil, para localização de crianças, que estão fora das Instituições, de 4 e 5 anos, em idade de Pré-Escolar.	Educação	100%	2023-2033
	Garantir a manutenção da universalização do atendimento na educação infantil às crianças de 4 e 5 anos de idade.	Educação	100%	2023-2033
	SEMED e Direção dos CMEIs e demais instituições que comportam a Educação Infantil, construam projetos de aquisições para adquirirem Material Pedagógico em qualidade e quantidade suficiente, tenham direitos a participação para acompanharem as Licitações.	Educação	100%	2023-2025
	Desenvolver programas de formação continuada para os todos profissionais da educação com foco no desenvolvimento integral da criança.	Educação	100%	Contínuo 2023-2033
	Ampliar na rede municipal de ensino as equipes de profissionais de educação para atender à demanda do processo de escolarização de educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professoras(es) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares.	Educação	80%	Contínuo 2023-2033
	Garantir na rede municipal uma equipe multiprofissional para atendimento e acompanhamento de crianças especiais do município.	Prefeitura, Educação, Saúde e Assistência Social	100 %	Contínuo 2023-2033
	Realização de Palestras para os Pais com Psicopedagogo, com temas voltados as fases da criança, para compreensão e valorização da frequência das mesmas, dentro das instituições da Educação Infantil.	Educação	100%	Contínuo 2023-2033
	Disponibilização de Instrumentos para Avaliação da Educação Infantil a cada dois anos, com base nos arâmetros Nacionais de Qualidade, a fim de aferir a Infraestrutura física, o quadro de Pessoal, os recursos pedagógico, as condições de gestão e de acessibilidade empregados na creche e Pré-escola (Plano Municipal Educação) (PME Estratégia 1.11)	Educação	100%	Contínuo 2023-2033
Realização de estudos, para alinhamentos da Educação Infantil de acordo com a BNCC.	Educação	100%	2023-2025	
DISPONIBILIZAR MERENDA ESCOLAR ADEQUADA E DE QUALIDADE	Elaboração do cardápio variado, adequado às necessidades da faixa etária da 1ª infância, respeitando a sazonalidade e adaptado às necessidades que surgirem no dia a dia bem como as demandas individuais.	Educação	100%	Mensal
	Fortalecimento do CAE – Conselho de Alimentação Escolar.	Educação	100%	Bimestral 2023-2033

ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CRIANÇA

DIAGNÓSTICO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

A Proteção Social originou-se da necessidade social de se estabelecer métodos de proteção contra os variados riscos ao ser humano. Compreende ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios para a redução e prevenção de vulnerabilidades e riscos, vitimizações, fragilidades, contingências, que cidadãos e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de restrições sociais, econômicas, políticas, etc.

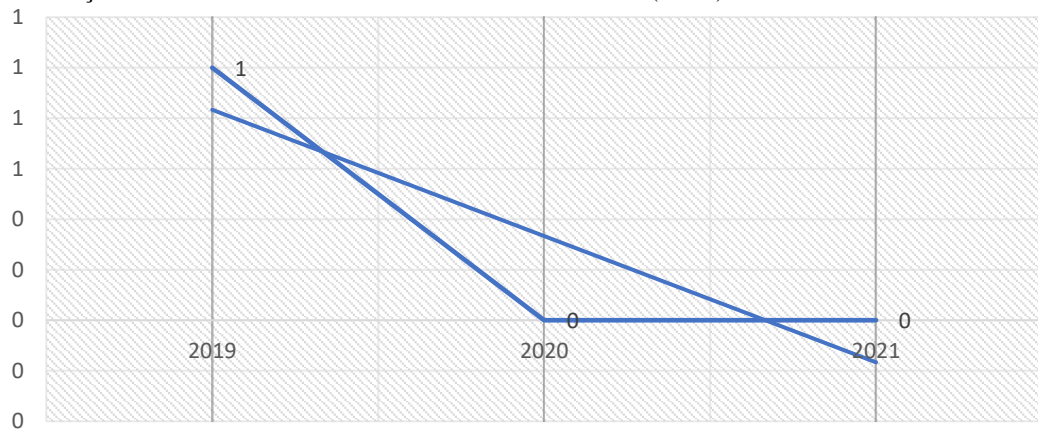
Ao levantarmos o diagnóstico resultou que o município de Sítio Novo do Tocantins não possui núcleos de serviço de Convivência e fortalecimento para crianças de 0 a 6 anos, onde não possui crianças nesta faixa etária inseridas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV.

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

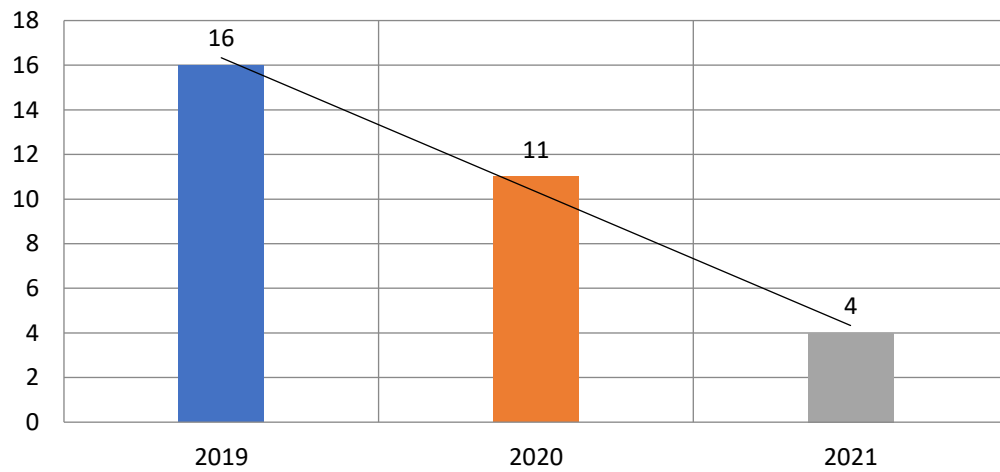
Tem dois níveis de complexidades, sendo eles média e alta complexidade. No município de Sítio Novo do Tocantins, não tem CREAS, porém temos uma Técnica de Referência da Proteção Social Especial .

Veja abaixo outros indicadores diagnosticados da Proteção Social Básica município descrito nos gráficos.

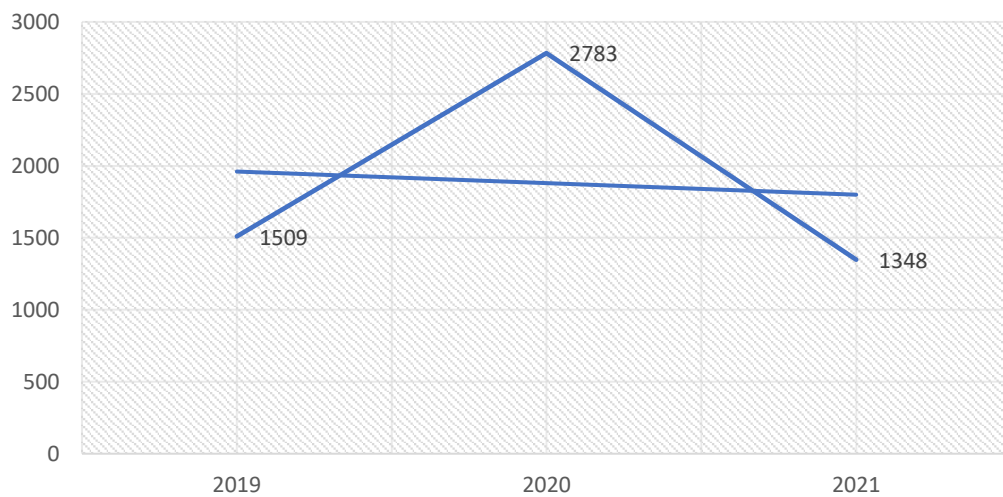
A. NÚMERO DE GRUPOS DE GESTANTES ACOMPANHADAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)



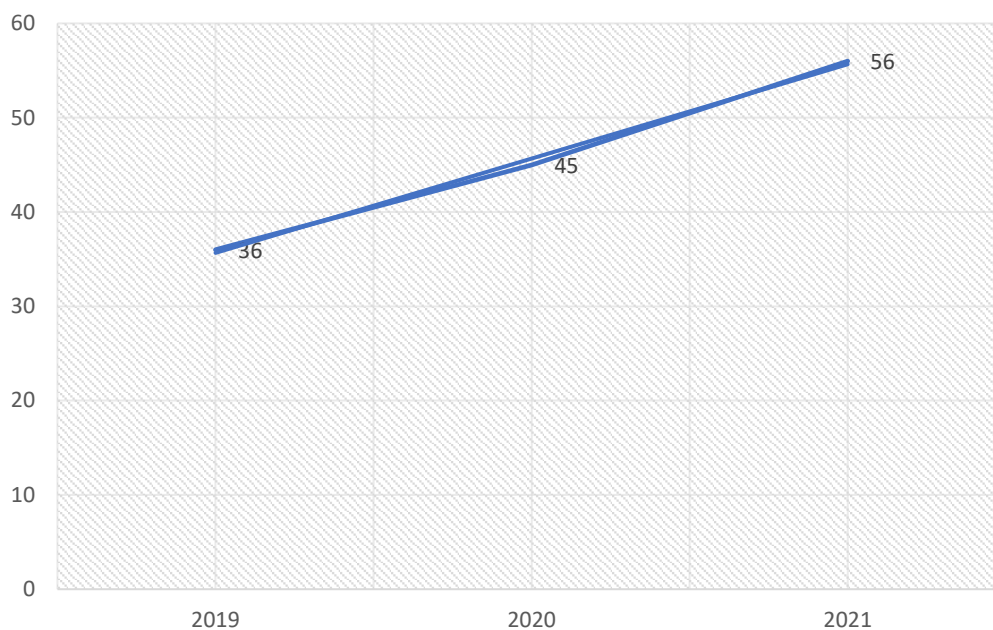
B. NÚMERO DE CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS ACOMPANHADAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS



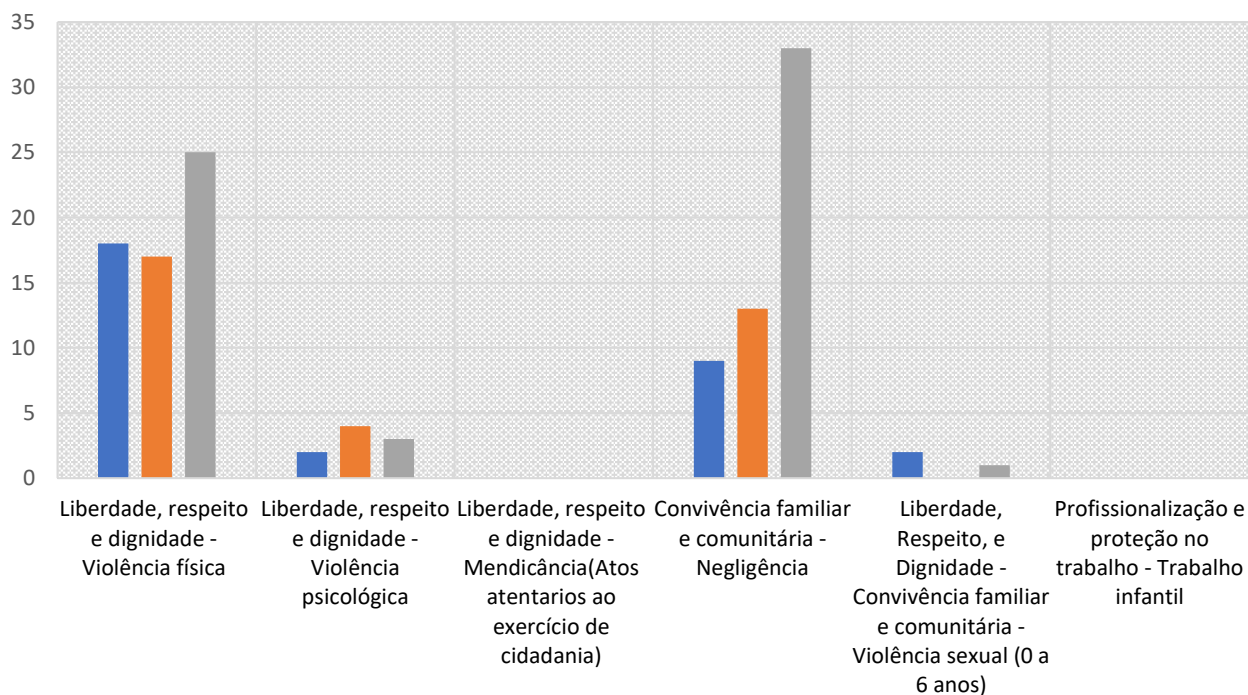
C. NÚMERO DE FAMÍLIAS INSERIDAS NO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL



d. NÚMERO DE GESTANTES ACOMPANHADAS PELO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS



A) VIOLAÇÃO DE DIREITO E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL



AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS

Diretriz: Garantir a proteção e dar condições para o exercício dos direitos e da cidadania na primeira infância.

Diretriz: Assegurar Proteção Social Especial às Gestantes e Crianças de até 6 anos de idade expostas ao risco e a violação de Direitos.



OBJETIVO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	META	PRAZO
GARANTIR O ACESSO AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA A TODAS AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	Promover atividades socioeducativas e culturais nos âmbitos de: PAIF (Proteção e Atendimento Integral à Família), SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos).	CRAS Assistência Social	100%	Contínuo 2023-2033
	Fortalecer os grupos de gestantes que estão inseridas no PAIF.	CRAS	100%	Contínuo 2023-2033
	Educação Permanente com a equipe multiprofissional sobre crianças portadoras de necessidades especiais.	Saúde, Educação Assistência Social	100%	Contínuo 2023-2033
	Orientar e acompanhar as famílias com crianças de 0 a 6 anos sobre as consequências do descumprimento das condicionalidades do PBF (Programa Bolsa Família).	Assistência Social Conselho Tutelar CMDCA	100%	Contínuo 2023-2033
ATUALIZAR O MAPEAMENTO DAS CRIANÇAS DE ATÉ 6 ANOS COM DEFICIÊNCIA, BENEFICIARIAS DO BPC NO MUNICÍPIO	Realização do diagnóstico constante das crianças beneficiadas e suas famílias.	Assistência Social	100%	Contínuo 2023-2033
	Realização da busca ativa de crianças aptas a receber o BPC.	Assistência Social	100%	Contínuo 2023-2033

PROMOVER O CUIDADO COM A SAÚDE DA GESTANTE	Oferta de oficinas sobre o parto e a amamentação e sobre cuidados com o recém-nascido.	Assistência Social Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
CRIAR E FORTALECER REDES LOCAIS DE ATENÇÃO ÀS CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS NO TOCANTE AO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Realizar Campanhas para sensibilização sobre as “Diversas formas de violência contra a criança” (aniversário do ECA; Campanha do Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual, etc).	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
	Realizar capacitação com os profissionais habilitados para realizar o atendimento de crianças vítimas de violência.	CMDCA, CT, Assistência Social, Educação, Saúde	100%	Contínuo 2023-2033
ASSEGURAR PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS, ATRAVÉS DA CONSCIENTIZAÇÃO DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE, COM RELAÇÃO AO SEU PAPEL E FUNÇÃO SOCIAL.	Efetivar e fortalecer o uso do Sistema de Informação para a Primeira Infância-SIPIA, cuja finalidade é identificar o perfil das violações de direitos e dar subsídios para a formulação e execução de políticas públicas voltadas a esta problemática.	Prefeitura Conselho Tutelar Assistência Social	100%	Contínuo 2023-2033
	Realizar busca ativa integrada de “crianças em situações de trabalho Infantil”.	Assistencia Social Saúde Educação	100%	Contínuo 2023-2033

CIDADE, MEIO AMBIENTE E A CRIANÇA

DIAGNÓSTICO DA CIDADE E DO MEIO AMBIENTE

Em geral, os espaços naturalizados como lugares da infância são a casa e a escola, no âmbito privado; e parques, praças e brinquedotecas, no público. Mais do que locais externos, no entanto, os espaços públicos são aqueles que comportam a organização física, política e cultural da sociedade, sendo a cidade o local primeiro da experiência da cidadania (Rede Nacional Primeira Infância, 2017).

Considerar que os espaços públicos das cidades são elementos presentes na vida social das crianças tem central relevo em possibilidades lúdicas, com implicações nos usos e vivências não só das crianças, mas dos cidadãos em geral.

Os usos diferenciados dos espaços urbanos, com grande variabilidade de encontros, ampliam as possibilidades formativas à luz das experiências diversas. No caso de crianças, isso ganha em importância pelos contatos, relações e posições nas interações que tomam e vivenciam nesses espaços públicos.

Por isso, praças e parques públicos acessíveis ao maior contingente populacional possível implicam em maiores e mais profundos processos formativos a partir dos momentos de lazer. (COTRIM & BICHARA 2013). [...]Nesse sentido, a praça é também testemunho de uma vivência e memória coletiva, um espaço que suporta um conjunto de práticas sociais” (BARBINI & RAMALHETE, 2012, p. 236-7).

Sobre as iniciativas de educação ambiental para crianças de 0 a 6 anos, em 2022 foram realizadas ações de conscientização a população sobre a preservação do ambiente, com o intuito de diminuir a devastação das matas, nascentes e rios. Utilizando o meio escolar para ser um multiplicador de conhecimentos, alusivo ao dia da árvore, água e meio ambiente.

AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS

Diretriz: Garantir a todas as crianças na primeira infância espaços seguros para o seu desenvolvimento, bem como o direito de brincar.



OBJETIVO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	META	PRAZO
CONSTRUIR ESPAÇOS PARA O LAZER DE CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFANCIA	Adequar os espaços para crianças da primeira infância nas praças existentes, com parquinhos e brinquedos adequados à idade das mesmas.	Prefeitura Educação Meio Ambiente	100%	2023-2033
	Adequar calçadas, transporte público e órgãos públicos para garantir mobilidade segura e acessível para as crianças na primeira infância e seus cuidadores.	Prefeitura Educação Meio Ambiente	100%	2023-2033
	Garantir a construção de áreas de lazer para crianças para zona rural considerando as especificidades da primeira infância.	Prefeitura Educação Meio Ambiente	100%	2023-2033
PROMOVER O DEBATE SOBRE A EXPOSIÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS NA MÍDIA	Informar e sensibilizar a sociedade e as famílias sobre os efeitos nocivos da exposição precoce de crianças na primeira infância aos meios de comunicação.	CMDCA, Educação, Conselho Tutelar e Assistência Social	100%	2023-2033
PROMOVER AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	Realizar coleta de lixo e reciclagem de forma organizada com as crianças de 4 a 6 anos, em lugares previamente selecionados e que não ofereça risco a saúde das crianças.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Meio Ambiente	100%	2023-2033
	Inventivar o plantio de árvore frutíferas nos quintais e locais públicos.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Meio Ambiente	100%	2023-2033

CULTURA, ESPORTE, LAZER E A CRIANÇA

DIAGNÓSTICO DA CULTURA, ESPORTE E DO LAZER

A primeira infância é uma fase de grande importância para o desenvolvimento global dos sujeitos. Nesse momento, tem início o desenvolvimento das capacidades motora, auditiva, visual e afetiva. A criança busca conhecer o mundo no qual se encontra e o explora de forma empírica e lúdica. As diversas áreas da arte – música, pintura, literatura, dança, teatro etc., apresentam um leque de possibilidades para que atividades diversificadas sejam desenvolvidas visando não a formação do artista, mas do ser humano pleno de suas capacidades.

Através das artes visuais, a criança pode explorar a diversidade das texturas e desenvolver a coordenação motora fina. No contato com a música é possível explorar a diversidade sonora que a cerca e melhorar a capacidade rítmica. O contato com a literatura e o teatro permite à criança expandir o repertório linguístico e aproximar-se da leitura, estimulando sua criatividade e imaginação. As diversas formas de dança auxiliam no desenvolvimento da motricidade, do ritmo e a fortalece fisicamente.

Nesse sentido, a Secretaria de Cultura, a partir da formulação do Plano Municipal da Primeira Infância, implementará ações visando promover o contato da criança com a arte, através da ampliação de alguns de seus serviços à primeira infância e da implantação de projetos voltados exclusivamente a essa faixa etária, abrangendo as diferentes áreas artísticas.

Para garantir o acesso, também se faz necessária a adequação dos espaços culturais às necessidades desse público, bem como a promoção de atividades gratuitas, garantindo que todas as camadas sociais sejam atendidas. Outra necessidade a ser atendida é a capacitação dos funcionários públicos da Secretaria de Cultura para o atendimento das crianças e de seus responsáveis.

AÇÕES ESTRATÉGICAS E METAS

Diretriz: Garantir a todas as crianças na primeira infância espaços seguros para o seu desenvolvimento, bem como o direito de brincar.



OBJETIVO	AÇÕES	RESPONSÁVEL	META	PRAZO
VALORIZAÇÃO DO BRINCAR NA VIDA DAS CRIANÇAS, O RECONHECIMENTO DA LUDICIDADE COMO COMPONENTE DA CULTURA E DA INFÂNCIA E O RESGATE DE BRINCADEIRAS TRADICIONAIS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÚDICO	Garantir a construção de áreas de lazer para crianças para zona rural considerando as especificidades da primeira infância.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Secretaria de Cultura	100%	2023-2033
	Instituir a Semana do Brincar sempre na última semana de agosto.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Secretaria de Cultura	100%	2023-2033
	Promover e facilitar o acesso das crianças de até 6 anos a irem ao teatro.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Secretaria de Cultura	100%	2023-2033
	Promover oficinas de música, literatura, conto e poesia, artes visuais e cinema, às crianças da primeira infancia.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Secretaria de Cultura	100%	2023-2033
	Construir um bosque no município.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Secretaria de Cultura	100%	2023-2033
	Criar brinquedoteca pública para garantir o direito de brincar das crianças.	Prefeitura, Educação, Saúde, CMDCA e Secretaria de Cultura	100%	2023-2033

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e avaliação do PMPI/Sítio Novo do Tocantins é elemento fundamental para a garantia da sua efetivação, avanço e aplicabilidade.

Para a execução e a correção de possíveis obstáculos, as atividades de monitoramento e avaliação do PMPI/Sítio Novo do Tocantins serão contínuas e organizadas por relatórios, considerando os eixos definidos no Plano de Ação, direcionados pelo CMDCA em consonância com os demais atores envolvidos, uma vez que a responsabilidade pela proteção e garantia dos direitos das crianças é compartilhada entre poder público, sociedade e família.

O acompanhamento do PMPI/Sítio Novo do Tocantins, tanto pelo poder público, quanto pela sociedade, tem a finalidade primordial de medir avanços na sua execução e no alcance de suas metas e identificar se há necessidade de ajustes ou mudanças. Os mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano devem basear-se na coleta sistemática de dados quantitativos e/ou qualitativos, que facilitem análises e que, possibilitem examinar possíveis resultados da implementação do PMPI/Sítio Novo do Tocantins para a garantia dos direitos e o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos no Município.

Como este é um Plano que contém ações a serem executadas a curto, médio e longo prazo, num período de dez anos de 2023 a 2033, este será revisado anualmente, ou a qualquer tempo em caráter extraordinário caso haja necessidade apontada pelo monitoramento. Para subsidiar esta ação, técnicos de todas as Secretarias envolvidas na implementação do plano devem se apresentar como relatores setoriais, responsáveis pela coleta, sistematização, análise e apresentação de dados e informações sobre as ações que lhes competem.

O monitoramento da implementação do PMPI/Sítio Novo do Tocantins deve ser um processo contínuo, desenvolvido pela Prefeitura e acompanhado periodicamente pela Comissão Municipal Intersetorial e CMDCA.

SIGLAS

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT - Conselho Tutelar
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Urbano
MLPI - Marco Legal da Primeira Infância
PMPI - Plano Municipal pela Primeira Infância
PNPI - Plano Nacional pela Primeira Infância
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
LDO- Lei de Diretrizes Orçamentárias
PPA - Plano Plurianual
ONU - Organização das Nações Unidas
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
BPC – Benefício de Prestação Continuada
ESF - Estratégia de Saúde da Família
UBS – Unidade Básica de Saúde
EJA – Educação de Jovens e Adultos.